

REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA INCLUSIVA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM ALUNOS AUTISTAS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE SORRISO/MT

REFLECTION ON THE INCLUSIVE PRACTICE OF THE PHYSICAL EDUCATION PROFESSIONAL WITH AUTISTIC STUDENTS IN MUNICIPAL SCHOOLS OF SORRISO / MT

PATRICIA BIZERRA MANO DA SILVA

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Centro Mato-Grossense-FACEM

THAÍS MENDES VALA

Mestre em Educação Especial

Orientadora e Docente do Curso de Educação Física da Faculdade Centro Mato-Grossense-FACEM

RESUMO

Em termos de normatizações, o cenário brasileiro encontra-se promissor, todavia, para o que tange a práxis, observa-se a inclusão muito aquém do ideal. Entre tais condições, manifesta-se expressivamente, o Transtorno do Espectro Autista – TEA, o qual caracteriza-se sistematicamente pelo déficit na interação social e comunicação, padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades. Sugere-se causa multifatorial para o TEA, correlacionando fatores genéticos e ambientais, com prevalência sobre a população mundial em 1%. Alterações significativas em termos neurais estão presentes: o sistema límbico menor que é responsável pelas emoções e memória, cerebelo com número menor de células; crescimento encefálico maior, inferindo macrocefalia, alterações no padrão do eletroencefalograma – EEG, e nas funções executivas. Atualmente busca-se descrever a sintomatologia do TEA; destaca-se as normatizações adotadas em âmbito nacional para promover a inclusão; assim é de extrema importância evidenciar a compreensão dos profissionais de educação física sobre o TEA, e com base nestes levantamentos, o objetivo dessa pesquisa é saber como encontra-se a práxis de inclusão de indivíduos acometidos pelo TEA nas aulas de educação física de cinco escolas municipais de Sorriso/MT. Adotou-se como metodologia, uma pesquisa de campo de caráter exploratório, de abordagem qualitativa, que busca obter dados descritivos por meio do contato direto do pesquisador com a situação a ser estudada. Apesar da grande prevalência do TEA na população mundial, figurando expressivamente entre os transtornos do neurodesenvolvimento, foi verificado que a vivência e interação dos profissionais de educação física com indivíduos acometidos por tal transtorno no município de Sorriso/MT é muito inferior ao que se faz necessário para que a inclusão seja efetivamente realizada, ou seja que essas pessoas com TEA recebam, sintam, reconheçam, e pratiquem atividades física sistematizadas.

Palavras-chave: Autismo; Educação Física; Inclusão

ABSTRACT

In terms of standardization, the Brazilian scenario is promising, however, for what concerns praxis, the inclusion is far below the ideal. Among these conditions, Autistic Spectrum Disorder - ASD, which is characterized by deficits in social interaction and communication, restricted and repetitive patterns of behaviors, interests and activities is expressive. It is suggested a multifactorial cause for ASD, correlating genetic and environmental factors, with a prevalence of 1% in the world population. Significant changes in neural terms are present: the smaller limbic system that is responsible for the emotions and memory, cerebellum with smaller number of cells; Higher brain growth, inferring macrocephaly, changes in the electroencephalogram (EEG) pattern, and executive functions. At present, the aim is to describe the symptomatology of ASD; The regulations adopted at the national level to promote inclusion are highlighted; So it is extremely important to highlight the physical education professionals' understanding of ASD, and based on these surveys, the objective of this research is to know how to find the inclusion practice of individuals affected by ASD in the physical education classes of five schools Municipalities of Sorriso / MT. The methodology adopted was an exploratory field research, with a qualitative approach, which seeks to obtain descriptive data through the direct contact of the researcher with the situation to be studied. Despite the high prevalence of ASD in the world population, it was verified that the experience and interaction of physical education professionals with individuals affected by this disorder in the city of Sorriso / MT is much lower than what is necessary So that the inclusion is effectively carried out, ie that those with ASD receive, feel, recognize, and practice systematized physical activities.

Key-Words: autism; Physical Education; Inclusion

INTRODUÇÃO

Para se ter melhor compreensão sobre o Espectro Autista, se faz necessário conhecer os determinantes fatores genéticos e ambientais do ser humano, seu desenvolvimento, as ideias recebidas que continuam a circundá-lo, como reconhecer suas múltiplas facetas e as melhores estratégias de avaliação, inclusão e de intervenção que podem ser implantadas.

Desta forma, BOSA e CALLIAS(2000),ressaltam que há uma expressiva relevância na população de encontro com manifestação do autismo, o Transtorno do Espectro Autista – TEA, a predominância sugestiva indica que o autismo tem prevalência no gênero masculino numa relação de 4:1 sobre o gênero feminino, todavia, impactando significativamente a cognição do gênero feminino, considerando que em indivíduos acometidos pelo TEA, tal gênero corriqueiramente evidencia Q.I. inferior ao gênero masculino.

Tendo em vista tal apontamento, o manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais em sua última versão, converteu em uma única categoria, as variadas formas de manifestação do autismo. O que anteriormente era reconhecido como transtorno global do desenvolvimento e transtorno invasivo do desenvolvimento, passou a denominar-se como Transtorno do Espectro Autista – TEA, diferenciando-se basicamente em níveis de acometimento. O nível 1 – exigindo apoio – visa restringir as dificuldades para o nível de interação social, e elevada tendência em repetição de atividades. O nível 2 – exigindo apoio substancial – eleva o déficit de interação social, comprometendo a comunicação verbal e não verbal e a resistência na troca de atividades torna-se mais premente. Já o nível 3 – exigindo apoio muito substancial – relaciona graves perdas na interação social, impactando sistematicamente na comunicação verbal e não verbal, manifestando ainda inflexibilidade de comportamento (DSM V, 2014).

Desta forma, fica evidenciado que toda criança ou pessoa portadora do TEA possui o direito de estar incluída no ensino regular; porém percebe-se que a inclusão desses alunos nas aulas Educação física ainda há uma visão distorcida dos profissionais que lidam com crianças portadoras do transtorno autista, pela falta de conhecimento e experiência em relação a inclusão desses alunos acometidas pelo TEA.

A atuação multidisciplinar com educadores físicos, pedagogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicomotricistas, psicólogos e fonoaudiólogos tendem a contribuir de forma significativa para a evolução de indivíduos acometidos pelo TEA. Este modelo participativo estimula a integração entre as diferentes áreas, contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo (CUNHA, 2015).

A inclusão dos alunos autistas fica muito mais visível nas aulas de Educação Física apesar de sua grande dificuldade de socialização e interação com as pessoas, os alunos ficam mais expostos à cobrança de movimentos perfeitos, à execução de movimentos previamente determinados conforme sua capacidade. Pois um dos principais objetivos que a Educação Física tenta alcançar e proporcionar no trabalho é a total reintegração à sociedade, induzindo a autonomia, liberdade, criatividade e alegria, bem estar e saúde. Tendo em vista também outros objetivos complementares e técnicos que também são almejados, dependendo o nível de

comprometimento do indivíduo, como melhora da condição motora, domínio do corpo para um desempenho de atividades biopsicossociais e um desenvolvimento sociocultural. (Soler, 2006 apud Gomes e Gonçalves)

Assim sendo, o presente estudo visa identificar as possibilidades de inclusão dos indivíduos inseridos na educação infantil e no ensino fundamental I, acometidos pelo Transtorno do Espectro Autista – TEA, nas aulas de educação física das escolas municipais de Sorriso/MT.

Especificamente busca-se descrever a sintomatologia do Transtorno do Espectro Autista – TEA; destacar as normatizações adotadas em âmbito nacional para promover a inclusão; evidenciar a compreensão dos profissionais de educação física sobre o Transtorno do Espectro Autista, e com base nestes levantamentos, destacar a práxis de inclusão de indivíduos acometidos pelo Transtorno do Espectro Autista – TEA nas aulas de educação física de cinco escolas municipais de Sorriso/MT.

Transtorno do espectro autista - TEA

O TEA consiste em um transtorno do neurodesenvolvimento presente expressivamente na população mundial. É contemplado como uma desordem do neurológica, correlacionando diretamente com fatores genéticos. Apesar de não evidenciar a correta origem para o autismo, há indícios que tal condição, envolva diversos genes, com diversificação fenotípica. (BAILEY et al., 1996 apud WOICIECHOSKI, 2013)

Eugene Bleuler, em 1911, mencionou em sua categorização pacientes que apresentavam sintomas esquizofrênicos, mantendo-se fechados em sua realidade, provendo ao termo autismo, do radical etimológico grego “*autós*”, a especificação “em si mesmo” e “fechado em si”. (GADIA *et al.*, 2004)

Adotou-se a terminologia autismo para explicar inicialmente a desvinculação com a realidade, impactando sistematicamente na interação social, considerando a baixa capacidade de criar vínculos interpessoais e afetivos, manifestadas por indivíduos acometidos pelo TEA. (GADIA *et al.*, 2004)

Até a década de 1990, muitos pesquisadores estimaram a prevalência do autismo na população entre 4 e 5 para cada 10.000 indivíduos, suscitando o aumento considerável da manifestação do autismo pelo mundo. O Transtorno vem se tornando um dos mais comuns na sociedade; a cada ano que se passa o número de crianças portadoras do TEA vem aumentando, no Brasil se estima aproximadamente 600 mil pessoas apresentadas com o Transtorno Espectro Autista. (BOSA e CALLIAS, 2000) e (FOMBONNE *et al.*, 2001 *apud* WOICIECHOSKI, 2013)

Nesta premissa, o DSM V, (2014, p.53), define o autismo como “[...] prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação e padrões restritos e repetitivos do comportamento, interesses ou atividades”.

Corroborando com tal definição, Gadia *et al* (2004, p. 83), afirmam que:

Autismo não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido de um ponto de vista comportamental, com etiologias múltiplas e graus variados de severidade. A apresentação fenotípica do autismo pode ser influenciada por fatores associados que não necessariamente sejam parte das características principais que definem esse distúrbio. Um fator muito importante é a habilidade cognitiva.

Nesta inferência, o autismo caracteriza-se sistematicamente pelo déficit na interação social e comunicação, padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, tendendo a manifestar-se no período de desenvolvimento, culminando com a presença ou não de comprometimento cognitivo e na linguagem.

A predisposição genética presente no TEA pode sofrer alterações, considerando os fatores ambientais e as condições como, a idade avançada dos pais que tem relevante ligação com os multifatores do transtorno, o vínculo da manifestação do autismo com o sexo masculino pode ser justificada, apesar da presença de genes determinantes do distúrbio no cromossomo X, descaracterizando os pressupostos da predisposição para o acometimento de indivíduos do sexo masculino. (WOICIECHOSKI, 2013).

Atualmente, a Lei nº 12.764, da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sancionada em dezembro de 2012, faz com que o autismo passe a ser considerado legitimamente uma deficiência, tendo todos e quaisquer direitos a todas as políticas de inclusão do país. Tendo em vista

que o TEA- Transtorno Espectro Autista passou a ser considerado por lei legalmente aprovada como uma deficiência, tendo direito de estar inserido nas redes regulares de ensino, por tanto toda as escolas públicas, estando preparada ou não, são obrigadas a aceitar a inclusão de alunos com esse tipo de deficiência. (BRASIL, 2012).

Tendo em vista o aumento dos casos de criança acometidas pelo TEA, muito se tem comentado no termo de “epidemia de autismo”, que leva em consideração o expressivo aumento dos diagnósticos do transtorno. Sobretudo, deve-se considerar que houve maior conscientização do público, bem como, de especialistas, considerando ainda uma maior ampliação dos critérios diagnósticos. (GERNSBACHER et al., 2005; FOMBONNE et al., 2006; TAYLOR, 2006; ATLADOTTIR et al., 2007, apud WOICIECHOSKI, 2013)

Os profissionais que atuam com indivíduos acometidos pelo TEA, devem habilitarem-se em oito aspectos distintos. O primeiro deles é a compreensão holística do indivíduo, promovendo a avaliação deste em diferentes situações. A segunda vai de encontro com a capacidade de persuadir os pais, visando uma colaboração conjunta. A terceira baseia no desenvolvimento de estudo estruturado e diretivo. A quarta sugere a capacidade de adaptar-se as variáveis comportamentais. A quinta indica a prática do estímulo para aquisição de comunicação espontânea. A sexta sugere a habilidade para extrair a interação social. A sétima busca a capacitação para promover a independência e a vocação, e a oitava visa o desenvolvimento de habilidade de lazer e recreação (BOSA, CALLIAS, 2000).

Com base nesta percepção, os principais modelos de intervenção existentes são: ABA, PECS, TEACCH e SON-RISE. O método ABA - Análise Aplicada do Comportamento - primando pelo tratamento comportamental indutivo, consiste em uma sistemática de ensino de habilidades indisponíveis no indivíduo, por intermédio da indicação ou instrução, favorecendo a interação positiva, apesar de caracterizar-se como um adestramento (MELLO, 2001 apud MARINHO, MERKLE, 2009).

A importância da Educação Física para o autismo

Segundo Oliveira (2004), entende-se que a Educação Física, como disciplina, pode atuar junto aos alunos que apresentam TEA, realizando atividades coletivas ou individuais que potencializem a socialização e a interação social destes alunos,

possibilitando-lhes o desenvolvimento da consciência corporal, a qual lhes permite a construção de si próprios como seres inseridos no mundo. Esta dimensão de atuação da referida disciplina é dada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, que lhe confere um papel pedagógico formativo e informativo junto às crianças, jovens e adolescentes, em que o papel formativo diz respeito às contribuições relativas ao desenvolvimento físico, social e psicológico e o papel informativo refere-se a “transmissão e produção do conhecimento, vinculado ao objeto de estudo da área – o desenvolvimento humano”.

O foco da educação física diante de alunos acometidos pelo transtorno do espectro autista volta-se para as suas habilidades sociais, bem como no aumento da qualidade de vida destes, sobretudo, em relação às suas habilidades motoras, interesses e nível de comunicação (TOMÉ, 2007).

O profissional de educação física não deve ater-se somente a habilitação técnica, mas sim, na evolução social, tendo em vista o desenvolvimento motor e aumento da qualidade de vida do indivíduo. Necessita ainda compreender os comportamentos do indivíduo numa perspectiva relacional, primando por seu interesse, atentando-se para a sua capacidade motora, habilidades cognitivas, capacidade de superação de dificuldades motores e sociais, níveis de atenção, reflexão e motivação. (LABANCA 2000; VATAVUK 1996 *apud* TOMÉ, 2007).

Dentro do contexto da educação física voltada para alunos acometidos pelo TEA, tende a aprimorar suas habilidades sociais e aumentar a qualidade de vida destes. Partindo de pressupostos relacionados às suas habilidades motoras, interesses e nível de comunicação, o objetivo da intervenção deve cercear o seu desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo. O foco da intervenção deve promover a estruturação da independência, desenvolvendo um ambiente positivo, mantendo uma rotina de atividades sem complexidade e com contexto cultural coerente (TOMÉ, 2007).

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo é caracterizado como uma pesquisa de campo de caráter exploratório, adotado o tipo de abordagem qualitativa, que busca obter dados descritivos por meio do contato direto do pesquisador com a situação a ser

estudada, e preocupa-se em retratar o ponto de vista dos participantes envolvidos. (LUDKE & ANDRÉ, 1986)

Em relação a amostra da pesquisa, foram definidas cinco escolas municipais de Sorriso/MT que possuem alunos autistas e a amostra ficou delimitada aos professores de Educação Física que atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental I, totalizando em 6 profissionais.

As escolas e professores participantes assinaram o Termo de Consentimento, concordando em contribuir com a pesquisa.

A coleta de dados foi circunstanciada por um questionário elaborado pela acadêmica com oito questões abertas, descritivas que permitia que os participantes discorresse livremente sobre a temática abordada visando contemplar a visão do profissional, tendo possibilidade de relatar suas experiências a partir do objetivo central proposto pelo pesquisador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos através dos questionários respondidos, foram separados em 3 categorias, sendo elas: - 1: Conceito de Autismo; - 2: Experiência Profissional; e -3: Inclusão.

A primeira categoria que trata entendimento sobre a definição do autismo, foi constituída pela 1ª pergunta do questionário com o seguinte questionamento: “1- O que você entende sobre o autismo?”; as respostas obtidas no questionário evidenciam que 100% dos profissionais entrevistados possuem um conhecimento inadequado sobre o Transtorno Espectro autista. Obtendo assim, respostas não concretas, insatisfatórias e incompletas como: - “Autismo é um Transtorno do Desenvolvimento que afeta a interação, linguagem e aprendizagem da criança, ou seja, o desenvolvimento intelectual”; “É um transtorno que prejudica a capacidade de comunicar e interagir com outras pessoas”; “É um transtorno Comportamental e psicológico.”

A segunda categoria é em relação à atuação destes profissionais para com o público abordado na pesquisa, sendo constituída pelas questões dois, três e quatro do questionário elencando as seguintes perguntas: “2- Há quanto tempo você trabalha ou convive com crianças com TEA?”; “3- Durante a graduação teve

formação específica para trabalhar com pessoas com deficiência. Qual?"; "4- Realizou ou realizará cursos de formação para agregar na atuação profissional na área da Educação Especial?"; ressaltando a prática, formação e experiência dos professores pesquisados. Para ilustrar os dados que fazem parte dessa categoria segue a tabela abaixo

Tabela 1

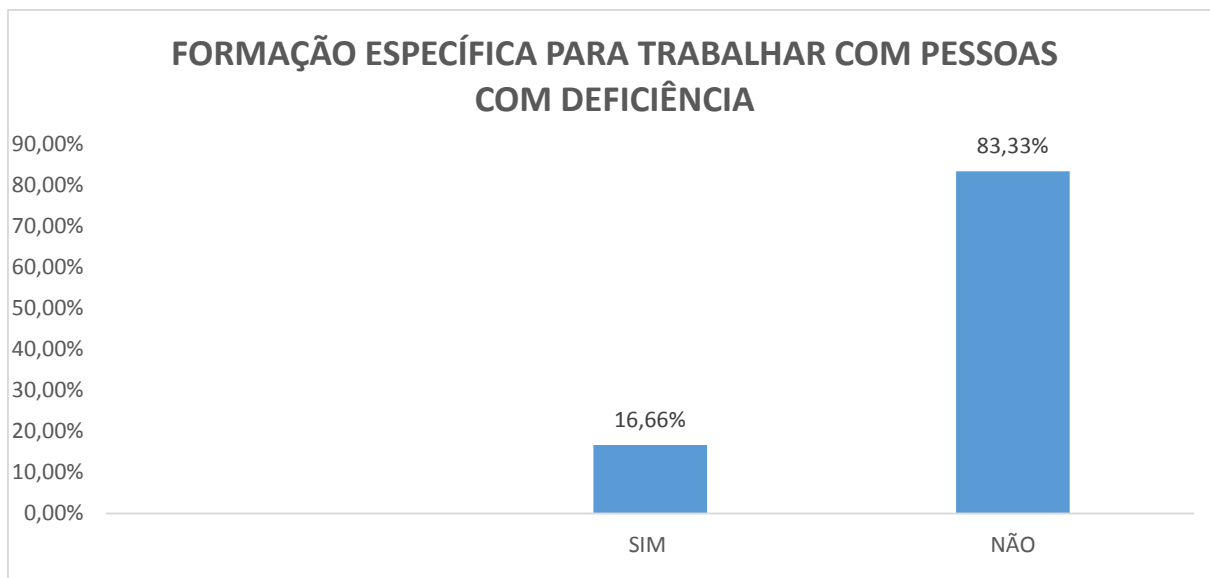
Tempo de experiência na prática com alunos autistas

Professor A	"Cerca de 6 meses"
Professor B	"Só trabalhei 1 ano"
Professor C	"1 ano"
Professor D	"6 meses"
Professor E	"5 anos"
Professor F	"Sempre recebo alunos autistas"

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Perante a alta prevalência do Transtorno sobre a população, observa-se que grande parte da amostra dispõe de baixa convivência com o TEA, tendo em vista ainda que tais profissionais atuem na educação infantil e no ensino fundamental I, período de desenvolvimento em que costuma-se tornar-se mais evidentes os mais variados transtornos do neurodesenvolvimento (BOSA, CALLIAS, 2000, GADIA *et al*, 2004).

Apesar da expressiva presença de indivíduos acometidos pelo TEA, assim como, de indivíduos enquadrados nos mais variados transtornos do neurodesenvolvimento, em relação a formação e a prática dos profissionais envolvidos na pesquisa, observa-se que 83,33% deles não possuem nem uma formação específica para se trabalhar com crianças acometidas pelo TEA, sendo que, os mesmo 83,33% dos profissionais participantes procuram estar realizando cursos na área da educação especial para agregar na sua atuação quanto profissional, relatando que: - "sim, constantemente realizo cursos, vou a palestras e leio artigos"; - "Já participei de cursos, palestras e até mesmo publiquei um trabalho relacionado a Educação Especial".



Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Desta forma, com base na especialização dos entrevistados, a rede municipal de educação carece de especialistas para promoverem a inclusão desses alunos nas aulas, conforme descrevem as normatizações brasileiras sobre o tema.

Com base na necessidade de especialização dos profissionais, visa que os especialistas elaboram, adaptam e aplicam com êxito as suas ações pedagógicas, pois a sua capacitação influencia diretamente a sua prática profissional, ao ponto de estabelecer melhor desenvolvimento para os mais variados transtornos do neurodesenvolvimento presentes na população escolar.

A terceira categoria a ser discutida trata sobre a inclusão efetiva dos alunos com TEA, a qual aborda critérios como: - dificuldades encontradas pelos professores, estratégias utilizadas, avaliação e planejamentos, baseada nas questões: “5- Quais dificuldades específicas encontradas em relação a trabalhar com crianças autistas? Como consegue saná-las?”; “6- Como é realizada a avaliação pedagógica das crianças?”; “7- Quais as Estratégias usadas por você quanto profissional para inclusão dos alunos autistas na atividades propostas por você?”; “8- Você realiza um planejamento para este aluno separado dos outros? Como se dá o planejamento de suas aulas pensando nesses alunos?”.

Entre os profissionais entrevistados, observa-se que 100% destes profissionais deparam-se com dificuldades específicas para atuar com o TEA, relatando assim que as dificuldades provem da baixa interação social, comunicação

e interesses repetitivos e restritivos – pois os tais profissionais relatam também as dificuldades em trabalhar em grupo, entender e realizar comandos, que é característico do transtorno, a falta de estrutura escolar, além de baixa integração dos pais. Para sanar tais dificuldades, promovem a adaptação das aulas, com introdução de bastantes movimentos, aulas individualizadas, estímulos para desenvolvimento da coordenação motora. Descrevendo assim os profissionais que “A maior dificuldade é trabalhar em grupo, e para sanar, a ideia é adaptar as aulas para o sucesso da socialização”; “Nas escolas a maior dificuldade que encontro é com a própria família, procuro sempre ajudar com a coordenação motora”.

Com base nas estratégias adotadas pelos profissionais para promover a inclusão de alunos autistas em suas atividades, um dos profissionais relata que não teve dificuldade em trabalhar com o seu aluno autista, pois o mesmo tinha um grau muito leve de autismo, então, realizava todas as atividades propostas por ele, e interagia relativamente bem com os colegas. Os demais profissionais apontaram o incentivo e apoio, propondo atividades em duplas buscando a socialização, retenção da atenção com movimento, e o esclarecimento para a turma sobre as dificuldades do colega em busca da compreensão dos demais a dificuldade do aluno incentivando a interação para melhor inclusão do alunas aulas.

A intervenção deve promover a independência, desenvolvendo um ambiente positivo, adequando uma rotina de atividades sem complexidade e com contexto cultural propício (TOMÉ, 2007).

A avaliação pedagógica das crianças autistas, segundo os entrevistados, é realizada através do seu desenvolvimento nas aulas, grau de evolução e produção, considerando os apontamentos de relatórios e observação do comportamento motor das mesmas.

Considerando o planejamento das aulas e visando a inclusão dos alunos acometidos pelo transtorno, 100% dos profissionais reatam no questionário que não realizam planejamento diferenciado para estes alunos, mas que realiza os seus planejamentos de aulas das turmas, já considerando o aluno. Relatando alguns profissionais que: “É interessante salientar que há uma necessidade de planejar amplamente, adaptando para o aluno com transtorno participar das aulas de modo geral e também realizar adaptações da turma com atividades relacionadas ao autismo”; “Separado não, já monto a aula incluindo o aluno, para ter a inclusão do

mesmo na aula, evitando atividades diferentes, é uma turma que tem mais movimentos que as outras, mas com mesmo objetivo”.

Segundo Falkenbach et al (2010) é importante saber que ferramentas pedagógicas podem ser usadas para colaborar com o avanço da criança autista, o brincar é uma possibilidade pedagógica encontrada dentro da diversificação de conteúdos da Educação Física. Dessa forma, colabora diretamente com o desenvolvimento das crianças com autismo, pois trabalha com a concentração, equilíbrio, ritmo e agilidade. Para isso é preciso planejar.

A seleção de atividades necessita atender a idade cronológica do indivíduo, bem como, a amplitude das manifestações clínicas evidenciadas. Dentro deste entendimento, indica-se o método de circuito com obstáculos - subida e descida e/ou transposição de objetos, mudanças de direção, equilíbrio dinâmico e estático, atividades com bola, para aprimoramento das habilidades motoras (LABANCA, 2000 *apud* TOMÉ, 2007).

Em relação ao desenvolvimento cognitivo e comportamental, devidamente adaptada ao contexto cronológico e clínico, sugere-se com base na mediação do professor, promover situações de grupos, cooperação, exploração de materiais, estimulação a comunicação e exploração sensorial (NILSSON, 2003 *apud* TOMÉ, 2007).

Vale lembrar que não é somente planejar as aulas com os materiais necessários e locais adequados, os profissionais devem ter uma boa desenvoltura de estratégias para que possa intervir levando em consideração possíveis e necessárias adaptações durante uma aula previamente planejada. Sendo além de profissional, um companheiro apto a ajudar a criança a superar suas dificuldades.

CONCLUSÃO

Apesar da grande prevalência do Transtorno do Espectro Autista na população mundial, figurando expressivamente entre os transtornos do neurodesenvolvimento, observa-se que a vivência e interação dos profissionais de educação física com indivíduos acometidos por tal transtorno no município de Sorriso/MT é relativamente baixa.

Conforme evidenciado na pesquisa, a especialização em educação inclusiva não é uma necessidade premente pela concepção destes profissionais, apesar de já terem se deparado com algum transtorno do neurodesenvolvimento ou deficiência, mas não especificamente com o TEA. Reforçam que tal condição advém da falta de investimento municipal em cursos e especializações que envolvam o transtorno.

O papel da educação física diante do transtorno Espectro Autista em questão, deve voltar-se para a aprendizagem e a interação social, considerando a aquisição de habilidades motoras, habilidades de comunicação, tendo como objeto o desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo dos indivíduos acometidos.

O profissional que atua com o TEA, deve desenvolver competências para compreender o indivíduo de forma integral, atrair e vincular-se aos pais para a colaboração conjunta, desenvolvimento de estudo estruturado e diretivo, capacidade de adaptação às variáveis comportamentais, estimular a aquisição de comunicação espontânea, extrair a interação social, promover a independência e a vocação, desenvolver habilidades de lazer e recreação.

A prática de atividade melhora principalmente atenção e linguagem do autista, e desperta do seu mundo particular o afeto pelo outro.

A inclusão do indivíduo acometido pelo TEA em qualquer panorama pedagógico, deve basear-se em uma metodologia centrada neste, considerando as suas potencialidades e interesses, sobretudo, para o que tange a diminuição de seus déficits e delimitações. Cada ser é único em sua condição, porém, ilimitados em suas potencialidades. Basta despertá-las.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: intervenções psicoeducacionais Autism: psychoeducational intervention**. Rev Bras Psiquiatr, v. 28, n. Supl I, p. S47-53, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbp/v28s1/a07v28s1.pdf>>. Acesso em 05/06/17.

BOSA, Cleonice Alves; CALLIAS, Maria. **Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre. Vol. 13, n. 1 (2000), p.

167-177, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/107464>>. Acesso em 05/06/17.

BOSA, Cleonice Alves. **As relações entre autismo, comportamento social e função executiva. Psicologia: reflexão e crítica**, v. 14, n. 2, p. 281-287, 2001.

BRACHT, Valter. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Cadernos Cedes, v. 19, n. 48, p. 69-88, 1999.

BRASIL. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **D.O.U. DE 28/12/2012, p. 2**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em 12/06/17.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 6ed; Ed Wark., 2015.

CRUZ, Gilmar De Carvalho. **Formação continuada de professores de Educação Física em ambiente escolar inclusivo**. Londrina: Eduel, 2008.

DOS SANTOS MESQUITA, Vânia; DE CAMPOS, Camila Christine Pereira. **O MÉTODO SON-RISE E O ENSINO DE CRIANÇAS AUTISTAS**. Revista Lugares de Educação, v. 3, n. 7, p. 87-104, 2013.

DSM – 5/American Psychiatric association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FALKENBACH, A. P., DIESEL, D. e OLIVEIRA, L. C. **O jogo da criança autista nas sessões de psicomotricidade relacional**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas-SP, v. 31, n. 2, p. 203-214, janeiro 2010.

FONSECA, Cintia Cibele Ramos; GOMES, Gicele Farias; VANZ, Samile Andrea de Souza. **Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso**. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (17.: 2012 set.: Gramado, RS). Anais [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul., 2012.

GADIA, Carlos A.; TUCHMAN, Roberto; ROTTA, Newra T. **Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento**. Jornal de pediatria, v. 80, n. 2, p. 583-594, 2004.

GOMES, Nilton Munhoz; GOÇALVES, Eduardo Augusto de Melo. **Percepção dos alunos sobre espectro do autismo e Educação Física: um estudo de caso**. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires - Año 19 - Nº 193 - Junio de 2014. <http://www.efdeportes.com/>

MARINHO, Eliane AR; MERKLE, Vânia Lucia B. **Um olhar sobre o autismo e sua especificação**. In: IX Congresso Nacional de Educação–EDUCERE. 2009. p. 6084-6096.

OLIVEIRA, C. B. de. **Mídia, Cultura Corporal e Inclusão: Conteúdos da Educação Física Escolar**. Lecturas: Educacion Física y Deportes, Buenos Aires, v.10. n. 77, oct, 2004

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro, [2011]. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em: 12/06/17.

RIVERO, José Roberto Lopez et al. **IMPLANTAÇÃO DO MÉTODO SON-RISE NO CENTRO NEUROLÓGICO DA APAE DE ARAGUAÍNA-TO.** Revista Científica do ITPAC, v. 3, p. 01-6, 2013.

TOMÉ, Maycon. **Educação Física como auxiliar no desenvolvimento cognitivo e corporal de autistas.** Movimento e Percepção, v. 8, n. 11, 2007.

WOICIECHOSKI, Camila Gabriela. **Importância da retirada do glúten e da caseína na dieta de crianças portadoras do transtorno do espectro autista.** 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/235/3929>>. Acesso em 05/06/17.